



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1911139 - SP (2020/0329661-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : DRS INCORPORADORA SPE 04 LTDA
ADVOGADOS : RENATO DE SOUZA SANT'ANA - SP106380
DANIELLE VILELA VIEIRA - SP357921
RECORRIDO : MARCELA SILVA QUITO
ADVOGADO : CLÉBER LUIZ PEREIRA - SP265633

DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada por DRS INCORPORADORA SPE em que se requer a concessão de efeito suspensivo ao “Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em que se discute restituição de valores em caso de rescisão de contrato de compra e venda de imóveis garantido por alienação fiduciária”.

O requerente alega que a recorrida, em razão do julgamento realizado na origem, já ajuizou cumprimento provisório de sentença, requerendo o pagamento integral da condenação, o que motivaria, em seu entender, a suspensão do presente processo.

Pleiteia a concessão de efeito suspensivo ao Incidente de Cumprimento Provisório de Sentença n. 0004274-08.2020.8.26.0066.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental.

2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.

3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.

4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."

5. O requerente, entretanto, não comprovou o periculum in mora, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível. 6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)

Na espécie, o requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, atendo-se a defender tão somente que, caso não seja deferido o pedido, a concessão do efeito suspensivo ao recurso poderá acarretar o enriquecimento ilícito da recorrida, fatos esses insuficientes a alterar o curso regular do presente recurso especial, bem como da ação de execução de sentença admitida na origem.

Considere-se, ainda, a inexistência de prova de que de qualquer valor cobrado em juízo tenha sido autorizado levantamento.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo requerido determinando-se a remessa do feito ao ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente